

O ASPECTO PRAGMÁTICO DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM DE W. V. O. QUINE

Vera Lúcia Caldas Vidal
Departamento de Filosofia – UFRJ

Utilizando-se a definição de pragmática proposta por Carnap — ‘conjunto de investigações sobre a linguagem em que se faz referência explícita aos usuários’¹ — pode afirmar-se que a Filosofia da Linguagem de Quine apresenta um aspecto nitidamente pragmático o qual se revela na afirmação que inicia o prefácio de sua obra **Palavra e Objeto**:

‘A linguagem é uma arte social. Para assimilá-la, dispomos somente de alguns indícios sugestivos intersubjetivamente disponíveis, que indicam o que se pode dizer e em que circunstâncias’.

Sua preocupação com o sujeito falante e com os atos de fala acentua-se ainda mais quando, logo a seguir, afirma que a única abordagem válida da noção de significado lingüístico é em termos das

‘disposições a responder a estímulos observáveis socialmente’.

Esta afirmação revela a forte influência behaviorista recebida especialmente de Skinner, embora discorde de certos pressupostos do behaviorismo lingüístico. Também fica expresso aí o seu projeto de construir uma teoria científica do significado alicerçada em fatos observáveis e de domínio público, pois acredita que o significado é inseparável do comportamento do sujeito falante.

Este projeto é reforçado em outro texto no qual propõe que se assuma uma atitude empírica diante da linguagem para verificar se há algum fundamento para uma teoria do significado.²

O objetivo desta comunicação é destacar o aspecto pragmático da Filosofia da Linguagem de Quine, embora não se possa considerá-lo como um filósofo dos atos de fala e apesar das suas discordâncias profundas com certas teses do pragmatismo lingüístico.

Seu pragmatismo é de caráter metodológico, sendo decorrência de seu projeto epistemológico e o conduz ao holismo semântico com o conseqüente repúdio aos princípios teóricos do pragmatismo lingüístico que lhe serviu de inspiração.

|

O projeto epistemológico de Quine aparece claramente formulado na p. 01 de sua obra **Raízes da Referência**:

‘Dada somente a evidência de nossos sentidos, como chegar à nossa teoria de mundo?’

Ao colocar tal questão, Quine assume, explicitamente, dois pressupostos filosóficos:

– O de que nosso único critério de certeza é o da evidência sensível — posição eminentemente empirista embora combata alguns dogmas do Empirismo Clássico;

– O de que somos capazes de construir e efetivamente construímos uma teoria do mundo.

Esta teoria do mundo se constitui como uma vasta estrutura verbal de sentenças interconectadas de diferentes maneiras por processos que ultrapassam os vínculos com os estímulos físicos.

Assim, tudo que conhecemos sobre o mundo está enclausurado por nossa rede verbal o que nos converte, irremediavelmente, em ‘prisioneiros’ ou ‘habitantes’ do discurso.

Caberá, então, ao epistemólogo procurar captar e descrever como se dão os vínculos entre os dados da observação e os discursos teóricos — seja científico ou do senso comum — segundo uma postura pragmática: observando o processo de aquisição da linguagem, o modo como o falante evolui do uso das sentenças de observação às sentenças teóricas.

Tal psicologia genética aplicada à análise da linguagem se constitui como uma estratégia a serviço da Epistemologia, sendo possível devido ao paralelismo que há entre linguagem e teoria, a qual é um subconjunto daquela.

Privilegia, nesta análise, o discurso da linguagem ordinária, já que é esta que nos envolve como uma totalidade, limitando nosso processo de conhecimento.

Na tentativa de surpreender as relações entre a linguagem e o mundo através da observação do comportamento dos falantes, destaca duas situações que considera privilegiadas como campo de observação:

– o processo pelo qual uma criança adquire o domínio da linguagem de sua comunidade;

– o processo pelo qual um lingüista procura aprender o idioma de um povo primitivo sem o auxílio de qualquer intérprete ou dicionário, sem informações sobre seus costumes, apoiando-se apenas na observação do seu comportamento — situação que denomina **tradução-radical**.

Constata que ambos se iniciam por uma forte vinculação com os dados sensoriais.

Os primeiros termos a serem aprendidos são os que se referem a objetos físicos e estes são o núcleo de nosso processo de comunicação, pois nosso discurso se ocupa, primordialmente, deste tipo de objetos.

Os termos que aludem a sensações, a entidades abstratas, conjuntos, relações, entidades matemáticas, os termos de massa são aprendidos em etapas posteriores, derivadas do aprendizado dos termos que se referem a objetos físicos.

Descreve, então, o processo de aprendizado lingüístico como sendo decorrente da 'montagem de uma série indefinida de reflexos condicionados colocando em jogo os órgãos da fonação em resposta às excitações sensoriais'.³

Tais respostas, entretanto, não dependem apenas do aprendiz. A linguagem tem uma função nitidamente socializante visando unificar as caóticas percepções individuais segundo rótulos e modelos lingüísticos impostos e sancionados pela comunidade, o que possibilita a comunicação intersubjetiva. Assim, a relação entre palavras e experiência é regulada por parâmetros lingüísticos que visam uma uniformidade entre os falantes e decorrem de uma exigência social.

O fato da linguagem ser adquirida por um processo de contactos intersubjetivos em vista a uma homogeneização das respostas verbais face aos estímulos recebidos é que faz com que seu núcleo básico seja composto de termos que aludem a objetos e fatos de domínio público.

A história do aprendizado lingüístico de cada indivíduo acaba se perdendo e o que de fato interessa é o uso corrente da linguagem.

Originando-se de uma resposta a estímulos físicos que agem sobre nossas terminações nervosas, nosso discurso acaba por ultrapassar infinitamente tal estágio.

À medida que o processo evolui, aumenta a prioridade do lingüístico sobre o não-lingüístico.

Através do domínio de processos analógicos e de interanimação de sentenças, o conteúdo nitidamente sensorial, ostensivo cede a um conhecimento indireto cada vez mais predominante que culmina lançando o falante num universo de instrumentos, regido por um esquema de regulação do indivíduo ao grupo, o qual modela nosso modo de ver e falar sobre as coisas.

Nosso falar de objetos não mais consegue neutralidade. Está perspassado de categorias lógicas, lingüísticas, culturais enfim. As convenções cobrem as lacunas deixadas pelo dado objetivo.

Quine afirma, então, que se perde, assim, a possibilidade de distinguir, em nosso discurso, os elementos de relato e os de invenção; o

que é substância e o que é estilo; o que é indício objetivo e o que é conceituação.

As análises e teses da Filosofia da Linguagem Quineana decorrem de sua preocupação epistemológica de investigar as relações entre discurso e realidade, palavra e objeto, buscando verificar se há possibilidade de distinguir os aspectos de relato e invenção presentes em nossa rede de sentenças.

Imbuído deste projeto, analisa o processo de aquisição da linguagem e formula sua tese do **stimulusmeaning**; critica as teorias que entificam significados e proposições bem como as que defendem um critério de identidade de significados apoiado na noção de uso; critica a noção de sinonímia por sua falta de rigor; defende as teses da indeterminação das traduções e da inescrutabilidade da referência; critica a distinção: sentenças analíticas e sintéticas.

Em suas análises está sempre presente uma postura pragmática: observação do comportamento dos falantes; do uso que fazem dos aparatos lógicos e lingüísticos; da forma como reagem a estímulos físicos e verbais respondendo com um discurso; realça a influência do contexto cultural sobre o modo do indivíduo falar; critica teorias que entificam significados e proposições.

Tal postura pragmática é apenas de caráter metodológico, pois Quine não aceita vários pressupostos teóricos do pragmatismo lingüístico como, por exemplo, o critério de identidade de significados: duas expressões lingüísticas são sinônimas se, e somente se, tiverem o mesmo uso.

Afirma que as mais variadas interpretações podem adequar-se a um mesmo uso e, portanto, a observação deste não auxilia a esclarecer qual o significado de uma expressão nem se duas expressões distintas têm ou não o mesmo significado.

Assim como discorda do pragmatismo, também se insurge contra todas as teorias que entifiquem o significado, combatendo o que denomina de mito do museu: considerar o significado como um rótulo, uma etiqueta fixada a uma expressão.

Ao recusar a entificação de significados, também recusa a das proposições. Segundo Quine, admiti-las como pensamentos de sentenças é uma atitude inútil, que acarreta a absolutização do significado — o que não tem qualquer base empírica — e analisa as teorias que defendem tal postulação mostrando que as mesmas geram objeções incontestáveis.

Uma extensão natural das teses de eliminação de significados e proposições é a sua crítica à falta de rigor da noção de sinonímia.

Já que não há como identificar significados, também não há como justificar rigorosamente a relação de sinonímia; assim, critica todas as definições já propostas, mostrando suas incorreções.

Admite, porém, que há um conceito ordinário de sinonímia, de aceitação e uso comum entre os falantes. Este é válido para certos contextos e segundo certas suposições, mas é muito vago, supondo uma semelhança e não uma identidade de significados e sendo, por isso, incapaz de justificar a definição de uma identidade proposicional. Não é suficiente nem como um ponto de partida para uma conceituação científica de sinonímia

Chega a propor um critério que visa dar conta da sinonímia entre sentenças de observação, apoiado em sua noção de **stimulus-meaning**, mas culmina por reconhecer as suas limitações.

Estas conclusões acarretarão sua tese sobre a indeterminação das traduções que pode ser formulada assim:

Já que o significado das expressões lingüísticas não é possível de ser determinado univocamente pelo uso ou observação do uso que os falantes fazem da língua e que não há um critério rigoroso de decisão para estabelecer a relação de sinonímia, os mais variados manuais de tradução podem ser feitos para justificarem com sucesso uma equivalência entre termos e sentenças e não se terá critério rigoroso para decidir qual o mais correto.

Mesmo no caso das sentenças de observação, quando certas determinações sempre ocorrem juntas, não se pode optar por qualquer das interpretações propostas apoiando-se na observação do uso lingüístico.

Ao traduzir, impomos nosso aparato referencial e nossos padrões ontológicos através da formulação de hipóteses analíticas as quais transcendem o campo da pura observação.

Constatando que o significado não é captável pelo uso, postula, então, a tese do **holismo semântico**:

a unidade de significação é a totalidade da teoria e não o enunciado ou o termo.

No caso das traduções, a equivalência dos significados depende dos manuais de tradução e não da observação do comportamento dos falantes.

O holismo semântico é uma especificação de sua tese do holismo epistemológico que tem uma de suas melhores formulações, na p. 12, da obra **Métodos da Lógica**:

'Nossos enunciados sobre a realidade exterior enfrentam o tribunal da experiência sensível não individualmente, mas como um todo organizado'.

Assim como não é possível estabelecer univocamente qual o significado de uma expressão, tomando por base a observação de seu uso pelos falantes, o mesmo ocorre com a determinação da referência dos termos.

Isto porque todo campo de observação admite infinitas descrições. Dado que o conjunto dos campos de percepção disponíveis para a análise de certo uso lingüístico é limitado, as infinitas hipóteses possíveis nunca serão totalmente testáveis, o que acarreta a indeterminação não só do significado e das traduções, mas também a da referência.

Através da observação do processo de aprendizado lingüístico, o qual se dá por reforço ou inibição de certos usos segundo critérios da comunidade, sempre será possível ao aprendiz atribuir significado e referência diversas às expressões, estando de acordo com o uso em todos os casos.

Assim como o significado, a referência também é inescrutável e depende de um esquema teórico que lhe confira inteligibilidade. Conclui, então, que os termos tomados isoladamente não têm referência. A menor unidade referencial da linguagem são as teorias.

II

Observa-se, pela rápida análise dos temas que abordamos, que a Filosofia da Linguagem de Quine supõe uma investigação de caráter pragmático mas culmina num anti-pragmatismo a nível teórico.

A observação do uso das expressões lingüísticas conduz à constatação da impossibilidade de fundar um saber teórico apoiado em conceitos pragmáticos.

Esta constatação o leva à formulação da tese do holismo semântico que é uma especificação de seu holismo epistemológico o qual, em resposta ao seu projeto epistemológico, conclui pela irredutibilidade da teoria aos dados da experiência, assume a transcendência do discurso sobre a realidade e culmina numa concepção de nosso processo de conhecimento exemplificada pela imagem da barca de Neurath.

Este nos considera como marinheiros que devem construir seu navio em pleno mar, enquanto navegam, sem jamais podermos desmontá-lo num lugar seco e reconstruí-lo com melhores materiais.

Já que somos 'prisioneiros' de nosso próprio discurso, não conseguimos enunciar teorias ou sentenças puramente objetivas. Nosso falar está impregnado de conceituação e aparatos culturais.

Teoria e realidade só conseguem um acordo em bloco e não parte-a-parte. A carga teórica impregna de tal forma nossas experiências

que não temos como distinguir o que pertence às construções teóricas e o que depende das descobertas empíricas. Não se tem como separar os componentes lógicos e matemáticos dos componentes empíricos de uma teoria para considerá-los como submetidos a critérios de verdade distintos.

Esta mistura de teoria e experiência torna impossível testar empiricamente um enunciado sintético ou avaliar um enunciado analítico, isolando-o de todo contexto empírico. Daí decorre sua crítica à distinção que se estabelece entre sentenças analíticas e sintéticas.

A noção de analiticidade ou se apóia na de significado dos termos e se torna imprecisa já que esta noção também o é, ou se apóia na noção de substituição de sinônimos que é igualmente problemática. Já que nenhum enunciado sintético é verdadeiro ou falso por si só, tendo seu valor de verdade derivado de suas relações com outras sentenças no âmbito de uma teoria, a distinção: sentenças analíticas e sintéticas não têm sustentação rigorosa.

Estas conclusões de Quine foram decorrência de uma análise que, ao buscar ser eminentemente pragmática, constata a falência do pragmatismo como suporte de conceitos teóricos rigorosos, já que teorias empiricamente equivalentes podem ser logicamente incompatíveis e não haverá critério seguro para decidir qual a mais adequada.

NOTAS:

- (1) Carnap, R., *Introduction to Semantics*, Harvard U. P., 1942.
- (2) Quine, W. V. O., 'Le Mythe de la Signification', *La Philosophie Analytique*, Cahiers de Royaumont, Les Ed. de Minuit, 1962, p. 141.
- (3) Quine, W. V. O., *Idem*, p. 141.